

Mulheres saem de casa para fugir da violência

Casas-abrigo oferecem segurança às vítimas no Rio Grande do Sul, mas falta de renda e moradia dificulta o recomeço



Gabriel Margonar
gabrielm@jcrs.com.br

Deixar para trás a própria casa, interromper a rotina e se afastar de pessoas próximas. Para mulheres ameaçadas por companheiros ou ex-companheiros, escapar da violência doméstica pode significar abandonar a vida que construíram. No Rio Grande do Sul, onde 62 mulheres já foram vítimas de feminicídio neste ano, as casas-abrigo representam uma alternativa de proteção. Longe dos agressores, porém, surge outro desafio: encontrar condições para recomeçar. O **Jornal do Comércio** dá início, hoje, a uma série de quatro matérias que abordam a realidade da violência contra a mulher no Estado.

Segundo a Brigada Militar, nove mulheres foram assassinadas em agosto e outras três em setembro. Entre janeiro e setembro, a corporação atendeu cerca de 9 mil chamados por violência doméstica e afirma ter resgatado 168 mulheres de tentativas de feminicídio. No período, as Patrulhas Maria da Penha acompanharam 16.041 mulheres com medidas protetivas.

No Brasil, foram 848 feminicídios entre janeiro e julho, redução de 3,2% em relação ao mesmo período de 2025, segundo o Ministério da Justiça e Segurança Pública. Na Região Sul, entretanto, houve aumento de 14,9%, de 121 para 139 casos. Somente no primeiro trimestre, o Ligue 180 recebeu 45.735 denúncias de violência contra mulheres, crescimento de 23% na

comparação anual.

Para quem precisa deixar a própria residência, as casas-abrigo oferecem acolhimento temporário, endereço sigiloso e acompanhamento para reorganizar o cotidiano. Levantamento de uma comissão externa da Câmara dos Deputados, divulgado em 2026, identificou 15 unidades distribuídas por 14 municípios gaúchos. Em março, o governo estadual anunciou um programa de R\$ 71 milhões voltado às mulheres, incluindo R\$ 6,8 milhões para acolhimento e um edital de 126 vagas regionalizadas.

A reportagem conversou com duas mulheres acolhidas em uma casa-abrigo na Região Metropolitana de Porto Alegre e uma terceira que conseguiu romper o ciclo de violência com apoio familiar. Por segurança, identidade, idades, profissões e locais de residência ou acolhimento são mantidos em sigilo. Os nomes apresentados nesta edição, portanto, são fictícios.

Mariana passou mais de uma década ao lado do ex-companheiro. No início, ele questionava suas roupas, conversas e amizades. Aos poucos, afastou-a da família. As agressões físicas vieram depois. “No início, nem enxergava como violência, estava cega. As agressões físicas vieram depois, mas hoje percebo, conversando com minha psicóloga, que a violência começou muito antes de um tapa”, relata.

A decisão de sair veio quando o filho mais velho, de 11 anos, tentou defendê-la durante uma discussão. “Percebi que não era só eu que estava sofrendo”, recorda. Há três meses, ela vive com os dois filhos em uma casa-abrigo. Nos primeiros dias, mal conseguia dormir, com medo de ser encontrada pelo



Entre janeiro e setembro, a Brigada Militar atendeu cerca de 9 mil chamados por violência doméstica

agressor - especialmente após ter realizado boletim de ocorrência - e vergonha. O acolhimento, entretanto, ajudou a recuperar parte da tranquilidade perdida.

“Mesmo não sendo realmente a minha casa, aqui tenho segurança e consigo pensar no futuro. É bom ver meus filhos longe daquele caos que era o nosso dia a dia e vejo que eles estão mais leves”, afirma.

Na mesma instituição está Juliana, perseguida pelo ex-namorado após o término de um relacionamento de dois anos. Sem aceitar a separação, ele passou a aparecer nos lugares que ela frequentava e a enviar mensagens por diferentes números de telefone e perfis falsos nas redes sociais.

“Comecei a mudar meus horá-

rios, deixei de sair e praticamente parei de viver. Tinha medo até de ir ao mercado perto de casa. E na internet era pior: até através do Pix ele já mandou mensagem”, conta.

Acolhida há pouco mais de um mês, Juliana precisou abandonar a rotina e se adaptar às regras de segurança da instituição. Inicialmente, sentia-se injustiçada. “Não queria sair da minha casa, já que parecia injusto que eu tivesse que me esconder enquanto ele continuava vivendo normalmente.”

Sem filhos, ela registrou boletim de ocorrência e obteve medida protetiva contra o ex-namorado. Ainda assim, não se sente segura para retornar à residência, já que os dois moravam próximos, em uma comunidade de Porto Alegre.

Dados da violência

62 feminicídios

registrados no Estado até o momento;

9 mil chamados por violência doméstica

atendidos pela Brigada Militar entre janeiro e setembro;

168 mulheres resgatadas

de tentativas de feminicídio no RS entre janeiro e setembro;

16.041 mulheres com medidas protetivas

acompanhadas pelas Patrulhas Maria da Penha no RS;

848 feminicídios registrados no Brasil

entre janeiro e julho de 2026;

14,9% de aumento nos feminicídios da Região Sul

entre janeiro e julho, em comparação com 2025;

45.735 denúncias de violência contra mulheres

recebidas pelo Ligue 180 no primeiro trimestre de 2026.

Apoio familiar permite uma nova vida fora das casas-abrigo

A história de Patrícia teve um caminho diferente. Ela não precisou recorrer à uma instituição de acolhimento, mas dependeu da ajuda da irmã para sair de um casamento marcado por 15 anos de violência psicológica e patrimonial. Após a separação, permaneceu algumas semanas na casa da família até conseguir alugar um imóvel.

Embora trabalhasse, Patrícia não tinha total autonomia sobre o próprio dinheiro. O ex-marido mexia nas suas finanças e a fazia duvidar da capacidade de sobreviver sozinha. O ciúme também era

constante, acompanhado de restrições ao convívio social.

“Ele nunca deixava eu sair com minhas amigas e, com o tempo, já tinha até me acostumado. Mas olha só que hipocrisia: ele me traiu várias vezes”, recorda. O apoio familiar foi decisivo para romper a relação: “Se eu não tivesse uma pessoa próxima para me acolher, provavelmente teria enfrentado muito mais dificuldades”, reconhece.

Hoje, Patrícia mora com a filha e voltou a administrar a própria renda. A liberdade reconquistada, contudo, convive com as

consequências financeiras do relacionamento. Ela ainda paga dívidas e busca recuperar a estabilidade econômica.

As dificuldades relatadas pelas três mulheres fazem parte da rotina de quem trabalha no acolhimento às vítimas. Uma profissional que atua há sete anos no atendimento psicológico da casa-abrigo onde estão Mariana e Juliana explica que muitas chegam à instituição com ansiedade, autoestima abalada, e dificuldades para tomar decisões, consequências de relacionamentos marcados pelo controle e pela violência.

Segundo ela, recuperar a capacidade de fazer escolhas é parte fundamental da reconstrução da autonomia. A independência financeira, entretanto, está entre os principais obstáculos para deixar o acolhimento institucional.

Por isso, argumenta, o acompanhamento psicológico precisa estar associado à assistência social e ao acesso a direitos e oportunidades. “Não basta dizer que elas precisam denunciar ou sair de casa se não oferecemos alternativas concretas para que possam viver com segurança e dignidade”, conclui.